

CÂMARA MUNICIPAL DE AÇUCENA
RUA BENEDITO VALADARES, Nº 23
CEP 35150-000 - AÇUCENA - MG

CÂMARA MUNICIPAL DE AÇUCENA
RUA BENEDITO VALADARES, Nº 23
CEP 35150-000 - AÇUCENA - MG

LEI
ORGÂNICA
DE
AÇUCENA

Câmara Municipal de Açucena

"O sol de todos, para todos"

S U M Á R I O

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE AÇUCENA

PREÂMBULO

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS PRIORITÁRIOS

CAPÍTULO IV

DAS VEDAÇÕES

CAPÍTULO V

DA COMPETÊNCIA

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES MUNICIPAIS

CAPÍTULO I

DOS PODERES MUNICIPAIS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO II

DA CÂMARA MUNICIPAL

SEÇÃO III

DA MESA DA CÂMARA

SEÇÃO IV

DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

SEÇÃO V

DA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

SEÇÃO VI

DAS COMISSÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE AÇUCENA
RUA BENEDITO VALADARES, Nº 23
CEP 35150-000 - AÇUCENA - MG

SEÇÃO VII	
DO PROCESSO LEGISLATIVO	.23.
SUBSEÇÃO I	
DISPOSIÇÕES GERAIS	.23.
SUBSEÇÃO II	
DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA	.23.
SUBSEÇÃO III	
DAS LEIS	.24.
SUBSEÇÃO IV	
DOS DIREITOS LEGISLATIVOS E DAS RESOLUÇÕES	.29.
SEÇÃO VIII	
DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL	.30.
CAPÍTULO II	
DO PODER EXECUTIVO	.32.
SEÇÃO I	
DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO	.32.
SEÇÃO II	
DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO	.37.
SEÇÃO III	
DAS RESPONSABILIDADES DO PREFEITO	.40.
SEÇÃO IV	
DO SECRETÁRIO MUNICIPAL	.41.
SEÇÃO V	
DO CONSELHO DO MUNICÍPIO	.42.
SEÇÃO VI	
DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	.43.
TÍTULO III	
DA ORGANIZAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL	.44.
CAPÍTULO I	
DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL	.44.
CAPÍTULO II	
DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	.45.

CAPÍTULO III	
DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS	.47.
CAPÍTULO IV	
DOS BENS MUNICIPAIS	.49.
CAPÍTULO V	
DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS	.52.
TÍTULO IV	
DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	.61.
CAPÍTULO I	
DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS	.61.
CAPÍTULO II	
DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR	.62.
CAPÍTULO III	
DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	.64.
CAPÍTULO IV	
DOS ORÇAMENTOS	.65.
TÍTULO V	
DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL	.70.
CAPÍTULO I	
DOS PRINCÍPIOS GERAIS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E SOCIAL	.70.
CAPÍTULO II	
DA POLÍTICA URBANA	.72.
CAPÍTULO III	
DA ORDEM SOCIAL	.74.
SEÇÃO II	
DA SAÚDE	.74.
SEÇÃO III	
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	.76.
SEÇÃO IV	
DA EDUCAÇÃO	.77.
SEÇÃO V	
DA CULTURA	.81.

SEÇÃO VI	
DO DESPORTO E DO LAZER	
SEÇÃO VII	.83.
DO MEIO AMBIENTE	
SEÇÃO VIII	.84.
DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO PORTADOR DE	
DEFICIÊNCIA E DO IDOSO	.88.
TÍTULO VI	
DISPOSIÇÕES GERAIS	.91.
ATO DAS DISPOSIÇÕES ORGANIZACIONAIS TRANSITÓRIAS	.92.

CÂMARA MUNICIPAL DE AÇUCENA
 RUA BENEDITO VALADARES, N.º 23
 CEP 35150-000 - AÇUCENA - MG

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE AÇUCENA

PREFÁCULO

Nós, representantes do povo do Município de Açucena, fiéis aos ideais de liberdade de sua gente, reunidos para elaboração da LEI ORGÂNICA, com o propósito de instituir as normas fundamentais da Organização Municipal, que, com base nas aspirações da sociedade açucenense, consolide os princípios estabelecidos nas Constituições da República e o Estado de Minas Gerais, promovendo a descentralização do poder e assegure o seu controle pelos cidadãos, garanta o direito de todos à cidadania plena, ao desenvolvimento e à vida, numa sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na justiça social, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Lei Orgânica:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Município de Açucena, Estado de Minas Gerais, é Unidade da Federação Brasileira, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, nos termos estabelecidos pela Constituição da República, do Estado e por esta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - Todo o Poder do Município emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos nos termos da Constituição da República, do Estado e desta Lei Orgânica.

Art. 2º - Os limites do território do Município só podem ser alterados na forma estabelecida na Constituição da República.

Art. 3º - A criação, organização e supressão de Distritos compete ao Município, observada a legislação estadual.

Art. 4º - São símbolos do Município de Açucena, o Brasão de Armas, a Bandeira do Município e o Hino Oficial do Município.

Art. 5º - O topônimo do Município somente pode ser alterado em lei estadual, mediante:

- I - resolução da Câmara Municipal, aprovada por , no mínimo, dois terços de seus membros;

CÂMARA MUNICIPAL DE AÇUCENA
RUA BENEDITO VALADARES, Nº 23
CEP 35150-000 - AÇUCENA - MG

- II - aprovação da população do Município, em plebiscito, com manifestação favorável de, no mínimo, metade dos eleitores.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Art. 6º - O Município assegura, no seu território e nos limites de sua competência, os direitos e garantias fundamentais que a Constituição da República confere aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País.

§ 1º - Incide na penalidade de destituição de mandato administrativo ou de cargo ou função de direção, em órgão da administração indireta, o agente público que deixar injustificada e damente de sanar, dentro de noventa dias da data do requerimento do interessado, omissão que inviabilize o exercício de direito constitucional.

§ 2º - Independe de pagamento de taxa ou emolumento ou da garantia de instância o exercício do direito de petição ou representação, bem como a obtenção de certidão para a defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal.

§ 3º - Nenhuma pessoa será discriminada, ou de qualquer forma prejudicada, pelo fato de litigar com órgão ou entidade municipal, no âmbito administrativo ou judicial.

§ 4º - Nos processos administrativos, qualquer que seja o objeto e o procedimento, observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, a publicidade, o contraditório, a defesa ampla e o despacho ou a decisão motivados.

§ 5º - Todos têm o direito de requerer e obter informação sobre projeto do Poder Público, a qual será prestada no prazo

zo da lei.

§ 6º - É passível de punição, nos termos da lei, o agente público que, no exercício de suas atribuições e independentemente da função que exerça, violar direito constitucional do cidadão.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS PRIORITÁRIOS

Art. 7º - São objetivos prioritários do Município de

Agucena:

- I - garantir a efetividade dos direitos públicos subjetivos;
- II - garantir o exercício, pelo cidadão, dos mecanismos de controle da legalidade e legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos;
- III - gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;
- IV - cooperar com a União e o Estado e associar-se a outros Municípios, na realização de interesses comuns;
- V - promover, de forma integrada, o desenvolvimento social e econômico de sua população;
- VI - estimular e difundir o ensino e a cultura, proteger o patrimônio cultural e histórico e o meio ambiente e combater a poluição;
- VII - preservar a moralidade administrativa;
- VIII - preservar os valores éticos.

CAPÍTULO IV

DAS VEDAÇÕES

Art. 8º - É vedado ao Município:

- I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;
- II - recusar fé aos documentos públicos;
- III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

CAPÍTULO V

DA COMPETÊNCIA

Art. 9º - Ao Município compete exercer, em seu território, competência provativa e comum ou suplementar, nos termos da Constituição da República e da Constituição do Estado.

Art. 10 - A competência do Município decorre da autonomia que lhe assegura a Constituição da República, e se exerce pela:

- I - elaboração do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais;
- II - instituição, decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigação de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

III - organização e prestação, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, os seus serviços públicos, incluído o transporte coletivo urbano de passageiros, que tem caráter essencial;

IV - administração, utilização e alienação de seus bens;

V - aquisição de bens, inclusive através de desapropriação por necessidade, utilidade pública ou por interesse social;

VI - elaboração de seu plano diretor;

VII - adequação do ordenamento territorial, median-
te planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo;

VIII - instituição das serviços necessárias aos seus serviços;

IX - regulamentação da utilização dos logradouros públicos e, especialmente no perímetro urbano:

a) fixação dos itinerários, dos pontos de parada e das respectivas tarifas, no concernente ao serviço de transporte coletivo urbano de passageiros;

b) fixação dos locais de estacionamento e das tarifas respectivas, no concernente ao transporte individual de passageiros;

c) fixação e sinalização de locais de estacionamento de veículos, dos limites das "zonas de silêncio" e de trânsito e tráfego em condições especiais;

d) disciplinamento dos serviços de carga e descarga e fixação da tonelagem máxima permitida a veículos que circulam em vias públicas municipais;

e) disciplinação e execução dos serviços e atividades nele desenvolvidas;

- X - sinalização das vias urbanas e das estradas municipais, bem como regulamentação e fiscalização da sua utilização;
- XI - disciplinação sobre limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;
- XII - ordenação das atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, observadas as normas federais pertinentes;
- XIII - prestação de serviços de atendimento à saúde da população, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado;
- XIV - manutenção de programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado;
- XV - regulamentação, autorização e fiscalização da afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;
- XVI - disciplinação sobre depósito e destino de animais e mercadorias apreendidos em decorrência de transgressão da legislação municipal;
- XVII - disciplinação sobre registro, vacinação e castratura de animais, com a finalidade precípua de erradicação da raiva e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;
- XVIII - instituição de regime jurídico único estatutário, e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas;

- XIX - constituição de Guarda Municipal destinada à proteção das instalações, bens e serviços municipais, conforme dispuser a lei;
- XX - havendo interesse público local, via convênio de mútua cooperação, alugar ou construir casas destinadas a residências dos delegados de Polícia, manutenção das Delegacias e viaturas, assim como, assistência médico-odontológica aos policiais civis em serviço no município;
- XXI - proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual;
- XXII - promoção de incentivos ao turismo local, como fator de desenvolvimento social e econômico;
- XXIII - disciplinação, quanto aos estabelecimentos industriais, comerciais e similares, no que se refere a:
 - a) concessão ou renovação de licença para instalação, localização e funcionamento;
 - b) revogação da licença daqueles cujas atividades se tornarem prejudicadas à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego público ou aos bons costumes;
 - c) fechamento daqueles que funcionarem sem licença ou sem desacordo com a lei;
- XXIV - imposição de penalidades por infração de suas leis e regulamentos.

Parágrafo Único - A competência a que se refere este Artigo, será exercida em caráter suplementar à legislação federal e estadual no que couber.

Art. 11 - Ao Município de Açucena compete, em comum

com a União e com o Estado, observadas as normas de cooperação fixadas na lei complementar:

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, e os sítios arqueológicos;
- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;
- V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII - preservar as florestas, a flora e a fauna;
- VIII - incentivar o pequeno e médio agricultor, atrair e organizar a assistência técnica e financeira e, organizar o abastecimento alimentar;
- IX - promover programas de construção de moradias à população de baixa renda e a melhoria das condições de saneamento básico;
- X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração dos setores desfavorecidos;
- XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais, em seu território;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES MUNICIPAIS

CAPÍTULO I

DOS PODERES MUNICIPAIS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Lei Orgânica, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

SEÇÃO II

DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 13 - O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, eleitos através de sistema proporcional até noventa dias antes do término do mandato daqueles que venham suceder, dentre cidadãos maiores de dezoito anos, no exercício dos direitos políticos, em pleito direto, secreto e simultâneo, realizado em todo o Estado.

nos.

§ 1º - Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

§ 2º - O número de Vereadores à Câmara Municipal será proporcional à população do Município, observados os limites estabelecidos na Constituição da República.

Art. 14 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e especialmente:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementado a legislação federal e estadual;
- II - legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;
- III - votar o orçamento anual, o plano plurianual de investimentos, a lei de diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;
- IV - deliberar sobre a dívida pública, a obtenção de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;
- V - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;
- VI - autorizar a concessão de serviços públicos;
- VII - autorizar a concessão de direito real de uso de bens municipais;
- VIII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;
- IX - autorizar a aquisição onerosa e a alimentação de bens imóveis;
- X - dispor sobre a criação, organização e supressão de distritos, mediante prévia consulta

plebiscitária e observada a legislação estadual;

- XI - criar, transformar e extinguir cargos, funções e empregos públicos, na administração direta, autárquica e fundacional e fixar as respectivas remunerações, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- XII - votar o Plano Diretor;
- XIII - autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios;

- XIV - dispor sobre o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico único, provimento de cargos e empregos, estabilidade e aposentadoria;
- XV - dispor sobre criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias Municipais;
- XVI - delimitar o perímetro urbano;
- XVII - autorizar a alteração da denominação de prédios, vias e logradouros públicos.

Art. 15 - À Câmara Municipal cabe suspender, no todo ou em parte, a execução de ato normativo municipal declarado, incidentalmente, inconstitucional, por decisão definitiva do Tribunal de Justiça, quando a decisão de inconstitucionalidade for limitada ao texto da Constituição Estadual.

Art. 16 - Compete proativamente à Câmara Municipal:

- I - eleger sua Mesa, bem como destituí-la, na forma regimental;
- II - elaborar o Regimento Interno;
- III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção

CÂMARA MUNICIPAL DE AQUENA
RUA BENEDITO VALADARES, Nº 23
CEP 35150-000 - AQUENA - MG

- dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração;
- IV - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo;
- V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores, para afastamento do cargo;
- VI - autorizar o Prefeito, por necessidade do serviço, ausentar-se do Município por prazo superior a quinze dias;
- VII - fixar em cada legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores;
- VIII - criar Comissões Permanentes, Especiais e de Inquérito;
- IX - convocar o Prefeito;
- X - convocar os Secretários Municipais para apresentar informações sobre matéria de sua competência;
- XI - proceder à tomada de contas do Prefeito, se não apresentadas no prazo fixado nesta Lei Orgânica;
- XII - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito, e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;
- XIII - aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titular de cargo, quando a lei o determinar;
- XIV - solicitar a intervenção estadual;
- XV - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder regulamentar;

- XVI - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta;
- XVII - zelar pela preservação de sua competência legislativa, em face da atribuição normativa do Poder Executivo;
- XVIII - autorizar referendo e plebiscito;
- XIX - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei;
- XX - solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração.

§ 1º - A Câmara Municipal delibera, mediante Resolução, sobre assuntos de sua economia interna e, nos demais casos de sua competência privativa, por meio de decreto legislativo.

§ 2º - É fixado em quinze dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da Administração Direta e Indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelo Poder Legislativo e na forma do disposto nesta Lei Orgânica.

§ 3º - O não atendimento ao prazo estipulado no parágrafo anterior, faculta ao Presidente da Câmara Municipal solicitar na conformidade da lei federal, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação.

Art. 17 - Cabe, ainda, à Câmara Municipal, conceder título de cidadão honorário a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao Município, mediante decreto legislativo, aprovado pelo voto de, no mínimo, dois terços de seus membros.

Art. 18 - A representação judicial da Câmara Municipal será exercida por sua Procuradoria, à qual cabe, também, a consultoria do Poder Legislativo.

Art. 19 - No primeiro ano de cada legislatura, no dia primeiro de janeiro, em sessão solene de instalação, independentemente de número, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

§ 1º - O Vereador que não tomar posse, na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de quinze dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal.

§ 2º - No ato da posse os Vereadores deverão desincompartibilizar-se. Na mesma ocasião, e ao término do mandato, deverão fazer declaração pública de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, constando de ata o seu resumo.

Art. 20 - O mandato do Vereador será remunerado, na forma da Lei, fixada pela Câmara Municipal, em cada legislatura, para a subsequente, estabelecida como limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor percebido como remuneração, em espécie, pelo Prefeito, admitida atualização monetária de valores na mesma data e mesmos índices da revisão da remuneração dos servidores públicos municipais.

Parágrafo Único - Na hipótese de a Câmara Municipal deixar de exercer a competência de que trata este artigo, ficarão mantidos, na legislatura subsequente, os critérios de remuneração vigentes em dezembro do último exercício da legislatura anterior admitida apenas a atualização monetária de valores.

Art. 21 - O Vereador poderá licenciar-se somente:

- I - por moléstia devidamente comprovada ou em licença-gestante, ou licença sem vencimento aprovado por dois terços da Câmara;
- II - para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município;
- III - para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, nunca inferior a trinta dias, não

podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

Parágrafo Único - Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos dos incisos I e II.

Art. 22 - O Vereador goza de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 23 - O Vereador não pode:

- I - desde a expedição do diploma:
 - a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusula uniforme;
 - b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, incluídos os de que seja demissível "ad mutuum", nas entidades indicadas na alínea anterior;

II - desde a posse:

- a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo ou função de que seja demissível "ad mutuum" nas entidades a que se refere a alínea a, do inciso I;
- c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea a, do inciso I;
- d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 24 - Perderá o mandato o Vereador:

- I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II - cujo procedimento for declarado incompatível com

o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, salvo licença ou missão autorizada pela Câmara Municipal;

IV - que perder os direitos políticos ou os tiver suspensos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos previstos no Regimento Interno da Câmara Municipal, o abuso de prerrogativa assegurada ao Vereador ou a percepção de vantagem indevida.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal por voto secreto e maioria absoluta, por provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara Municipal.

§ 3º - Nos casos dos incisos III, IV e V, a perda será declarada pela Mesa da Câmara Municipal, de ofício ou por provocação na Câmara Municipal.

Art. 25 - Não perderá o mandato o Vereador:

I - Investido em cargo de Secretário Municipal;

II - licenciado por motivo de doença ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular.

§ 1º - O suplente será convocado em casos de vaga, da investidura a que se refere o inciso I, ou de licença superior a cento e vinte dias, devendo tomar posse no prazo de quinze dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal.

§ 2º - Se ocorrer vaga e não houver suplente, o Presidente

deve comunicar o fato, no prazo de quarenta e oito horas, diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º - No caso do inciso I, o Vereador poderá optar remuneração do mandato.

Art. 26 - Ao Vereador é assegurado ampla defesa em processo no qual seja acusado, observados, entre outros requisitos de validade, o contraditório, a publicidade e o desempenho ou decisão motivados.

SEÇÃO III

DA MESA DA CÂMARA

Art. 27 - Imediatamente depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais votado dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

Parágrafo Único - Não havendo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 28 - A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á sempre no primeiro dia da sessão legislativa, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

Parágrafo Único - O Regimento Interno disporá sobre a forma de eleição e a composição da Mesa.

Art. 29 - A Mesa da Câmara será eleita anualmente, na instalação do primeiro período de reuniões, por voto secreto, podendo seus membros se reelegerem por mais um ano.

Parágrafo Único - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, quando faltoso, omissos ou ineficiente no desempenho de suas atribuições.

bulhões regimentais, elegendo-se outro Vereador para completar o mandato.

Art. 30 - À Mesa, dentre outras atribuições compete:

- I - propor projetos de lei que criem ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;
- II - elaborar e expedir a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las, quando necessário;
- III - apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais;
- IV - suplementar, mediante ato próprio, as dotações do orçamento da Câmara, observado o limite de autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;
- V - devolver ao Executivo Municipal, ao final do exercício, o saldo de caixa existente na Câmara;
- VI - enviar ao Executivo Municipal, até o dia quinze de fevereiro de cada ano, as contas da Câmara do exercício anterior;
- VII - nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, por em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários da Câmara Municipal, nos termos da lei;
- VIII - declarar a perda do mandato de Vereador, nos termos desta Lei Orgânica.

Art. 31 - Ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, compete:

- I - representar a Câmara, em juízo ou fora dele;
- II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos le-

gislativos;

III - interpretar, cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pela Câmara Municipal;

V - fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgados;

VI - declarar a perda do mandato do Prefeito, do Vice Prefeito e de Vereador, nos termos desta Lei Orgânica;

VII - requisitar o numerário destinado à despesas da Câmara e aplicar as disponibilidades financeiras, observado o disposto nesta Lei Orgânica;

VIII - apresentar, em Plenário, até o dia vinte de cada mês, o balancete de receita e despesa do mês anterior;

IX - representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

X - solicitar a intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição do Estado;

XI - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar o concurso da força policial, se necessário.

SEÇÃO IV

DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Art. 32 - Independentemente de convocação, a sessão legislativa anual desenvolve-se de dezesseis de janeiro a trinta de junho e de primeiro de agosto a dezesseis de dezembro.

§ 1º - A sessão legislativa não será interrompida sem a votação do Projeto de Lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º - A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno, e as remunerará de acordo com o estabelecido na legislação específica.

§ 3º - As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente da Câmara, em sessão ou fora dela, na forma regimental.

Art. 33 - As sessões da Câmara serão públicas, salvo de liberação em contrário, tomada pela maioria de dois terços de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

Art. 34 - As sessões só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, a maioria absoluta de seus membros.

SEÇÃO V

DA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

Art. 35 - A convocação extraordinária da Câmara Municipal, far-se-á:

- I - pelo Presidente;
- II - pelo Executivo, quando este a entender necessária;
- III - por um terço dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Durante a sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberará, exclusivamente, sobre a matéria para a qual foi convocada.

SEÇÃO VI

DAS COMISSÕES

Art. 36 - A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma de seu Regimento Interno e com as atribuições nele previstas, ou conforme os termos do ato de sua criação.

§ 1º - Na constituição de cada comissão é assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional dos partidos políticos ou dos blocos parlamentares representados na Câmara Municipal.

§ 2º - Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

- I - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- II - realizar audiências públicas em bairros do Município, para subsidiar o processo legislativo;
- III - convocar, além das autoridades a que se refere o artigo 16, IX e X, outra autoridade municipal para prestar informação sobre assunto inerente às suas atribuições, constituindo infração administrativa a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias;
- IV - receber petição, reclamação, representação ou queixa de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública municipal;
- V - acompanhar, junto ao Poder Executivo, a elaboração da proposta orçamentária, bem como a execução do orçamento;
- VI - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- VII - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento, de inter-

resse do Município, sobre eles emitindo parecer.

Art. 37 - As Comissões Parlamentares de Inquérito, observada a legislação específica, no que couber, terão poderes de investigação próprias das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, e serão criadas a requerimento de um terço dos membros da Câmara Municipal, não sujeitos a discussão e votação, para apuração de fato determinado e por prazo certo, e suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, ou a outra autoridade competente, para que se promova a responsabilidade civil, criminal ou administrativa do infrator.

§ 1º - As Comissões Parlamentares de Inquérito, no interesse da investigação, poderão:

- I - proceder a vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizados, onde terão ingresso e permanência;
- II - requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;
- III - deslocar-se para os lugares onde se fizer necessária a sua presença, ali realizando os atos que lhe competirem.

§ 2º - No exercício de suas atribuições poderão, ainda, as Comissões Parlamentares de Inquérito, por intermédio de seu Presidente:

- I - determinar as diligências que reputarem necessárias;
- II - convocar Secretários Municipais;
- III - tomar o depoimento de qualquer autoridade, intimar testemunhas e inquiri-las, sob compromisso;
- IV - proceder verificações contábeis em livros, papéis

e documentos dos órgãos da Administração Direta e Indireta.

§ 3º - Nos termos do artigo 3º, da Lei Federal nº 1.579, de 18 de março de 1.952, as testemunhas serão intimadas, de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal, e em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao Juiz Criminal da Comarca onde residem ou se encontram, na forma do artigo 218, do Código do Processo Penal.

SEÇÃO VII

DO PROCESSO LEGISLATIVO

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - Emenda à Lei Orgânica do Município;
- II - Lei Complementar;
- III - Lei Ordinária;
- IV - Decreto Legislativo;
- V - Resolução.

SUBSEÇÃO II

DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA

Art. 39 - A Lei Orgânica do Município pode ser emendada por proposta:

- I - de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Mu-

nicipal:

II - do Prefeito.

§ 1º - As regras de iniciativa privativa pertinentes à legislação a que se referem os incisos II, III, IV e V, do artigo anterior, não se aplicam à competência para a apresentação da proposta a que se refere este artigo.

§ 2º - A Lei Orgânica do Município não pode ser emendada na vigência de estado de defesa, nem quando o Município estiver sob intervenção estadual.

§ 3º - A proposta será discutida e votada em dois turnos e considerada aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal.

§ 4º - A emenda à Lei Orgânica do Município, com o respectivo número de ordem, será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa.

SUBSEÇÃO III

DAS LEIS

Art. 40 - A iniciativa de lei complementar e lei ordinária cabe à Mesa Diretora, a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara Municipal, ao Executivo e aos cidadãos, na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica.

§ 1º - A lei complementar exige, para sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º - Considera-se lei complementar, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

- I - o Código Tributário do Município;
- II - o Código de Edificações;
- III - o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
- IV - o Plano Diretor do Município;
- V - o Plano de cargos e salários dos servidores públicos municipais;
- VI - qualquer outra codificação ou alteração de matéria codificada.

§ 3º - A lei ordinária exige, para sua aprovação, o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

Art. 41 - A discussão e a votação de matéria constante da ordem do dia só poderão ser efetuados com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - A aprovação de matéria colocada em votação dependerá do voto favorável da maioria dos Vereadores presentes à sessão, ressalvados os casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 42 - São matérias de iniciativa provativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

- I - da Mesa da Câmara Municipal:
 - a) regulamentação geral, que dispõe sobre a organização administrativa da Câmara Municipal, seu funcionamento, criação, transformação ou extinção de cargo e função, regime jurídico de seus servidores e fixação da respectiva remuneração observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
 - b) autorização para o Prefeito ausentar-se do Município, quando a ausência exceder a quinze dias;
- II - do Prefeito Municipal:
 - a) criação de cargo, função ou emprego público;

cos da administração direta, autárquica e fundacional e a afiação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b) regime jurídico único dos servidores públicos dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, incluído o provimento de cargo e emprego, estabilidade e aposentadoria;

c) quadro de empregos das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades sob controle direto ou indireto do Município;

d) criação, estruturação e extinção de Secretarias Municipais, órgão autônomo e entidade da administração indireta;

e) planos plurianuais;

f) orçamento anuais.

Art. 43 - Salvo nas hipóteses de iniciativa provativa, prevista nesta Lei Orgânica, a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal de projeto de lei subscrito por no mínimo 3% (três por cento) do eleitorado do Município, em lista organizada por entidades associativas, legalmente constituída, que se responsabilizará pela idoneidade das assinaturas.

§ 1º - O Projeto de lei de iniciativa popular deve ser articulado, exigindo-se, para seu recebimento, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral.

§ 2º - A tramitação dos Projetos de lei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo estabelecidas nesta Lei Orgânica.

Art. 44 - Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa do Prefeito Municipal;

pal, ressalvada a comprovação da existência de receita e nas hipóteses de emenda aos projetos de lei do orçamento anual e de diretrizes orçamentárias;

II - nos projetos de organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 45 - O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para apreciação de projeto de sua iniciativa.

§ 1º - Se a Câmara Municipal não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre o projeto, será ele incluído obrigatoriamente na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 2º - O prazo do parágrafo anterior não corre em período de recesso da Câmara Municipal, nem se aplica a projeto que dependa de "quorum" especial para aprovação, de lei estatutária ou equivalente a código.

Art. 46 - A proposição de lei resultante de projeto aprovado pela Câmara Municipal, em dois turnos, será enviada ao Prefeito Municipal, que, no prazo de quinze dias úteis, contados da data de seu recebimento:

I - se aquiescer, sanciona-la-á;

II - se a considerar, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrária ao interesse público, vetar-la-á, total ou parcialmente.

§ 1º - O silêncio do Prefeito Municipal, decorrido o prazo, importa sanção.

§ 2º - A sanção expressa ou tácita supre a iniciativa do Poder Executivo no processo legislativo.

§ 3º - O Prefeito Municipal publicará o veto e, dentro de quarenta e oito horas, comunicará seus motivos ao Presidente da Câmara Municipal.

dente da Câmara Municipal.

§ 4º - O veto parcial abrangerá o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 5º - A Câmara Municipal, dentro de trinta dias contados do recebimento da comunicação do veto, sobre ele decidirá, em escrutínio secreto. **a sua rejeição só ocorrerá pelo voto da maioria absoluta de seus membros.**

§ 6º - Se o veto não for mantido, será a proposição de lei enviada ao Prefeito Municipal, para promulgação.

§ 7º - Esgotado o prazo estabelecido no § 5º, sem deliberação, o veto será incluído na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até votação final, ressalvada a matéria de que trata o § 1º, do artigo anterior.

§ 8º - Se, nos casos de sanção tácita ou rejeição de veto, a lei não for, dentro de quarenta e oito horas, promulgada pelo Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara Municipal a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

§ 9º - A lei promulgada nos termos do parágrafo anterior produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§ 10 - Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara Municipal serão promulgadas pelo seu Presidente, com o mesmo número da lei original, observado o prazo estipulado no § 8º.

§ 11 - O prazo previsto no § 5º não corre nos períodos de recesso da Câmara Municipal.

§ 12 - A manutenção do veto não restaura matéria suspensa ou modificada pela Câmara Municipal.

§ 13 - Na apreciação do veto, a Câmara Municipal não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 47 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Prefeito Municipal, que serão, sempre, submetidos à deliberação da Câmara Municipal.

Art. 48 - O projeto de lei que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as Comissões, será tido como rejeitado.

SUBSEÇÃO IV

DOS DECRETOS LEGISLATIVOS E DAS RESOLUÇÕES

Art. 49 - Projeto de decreto legislativo é a proposição destinada a regular matéria de competência exclusiva da Câmara Municipal, que produza efeitos externos, não dependendo, porém, de sanção do Prefeito Municipal.

Parágrafo Único - O projeto de decreto legislativo aprovado pelo plenário, em um só turno de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 50 - Projeto de resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara Municipal, de sua competência exclusiva, e não depende de sanção do Prefeito Municipal.

Parágrafo Único - O projeto de resolução aprovado pelo plenário, em um só turno de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 51 - São matérias de iniciativa provativa da Câmara Municipal, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

- I - Regimento Interno da Câmara Municipal;
- II - remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os artigos 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, da Constituição da República;
- III - mudança temporária da sede da Câmara Municipal.

SEÇÃO VIII

DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL

Art. 52 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da Administração Direta e Indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer ilegalidade ou irregularidade, dela dará conhecimento ao Prefeito e ao Presidente e ao Presidente da Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que em nome desta assuma obrigações de natureza pública.

§ 3º - Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União ou Estado, mediante convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

§ 4º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou Sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas, o Prefeito Municipal ou o Presidente da Câmara.

§ 5º - O Prefeito Municipal, encaminhará mensalmente uma via do Boletim e dos documentos que o instruem, relativos ao mês anterior, à Câmara Municipal.

Art. 53 - A Câmara Municipal exercerá o controle externo, julgado as contas do Prefeito Municipal, mediante parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, que tem trezentos e sessenta dias de prazo, contados de seu recebimento, para emití-lo, na forma da lei estadual.

§ 1º - O parecer prévio a que se refere este artigo só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - Como procedimento fiscalizador e orientador, o Tribunal de Contas poderá realizar inspeções locais na Prefeitura, na Câmara Municipal e nos demais órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município.

§ 3º - As decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa, terão eficácia de título executivo.

§ 4º - No primeiro e no último ano de mandato do Prefeito Municipal, este enviará ao Tribunal de Contas inventário de todos os bens móveis e imóveis do Município.

§ 5º - O Tribunal de Contas exercerá, em relação ao Município e às entidades de sua Administração Indireta, as atribuições previstas no artigo 76, da Constituição do Estado, observado o disposto no artigo 31, da Constituição da República.

Art. 54 - As contas do Município ficarão, durante seis

sentados, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

CAPÍTULO II

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 55 - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal.

Art. 56 - O Prefeito e o Vice-Prefeito são eleitos simultaneamente, por eleição direta, em sufrágio universal e secreto, até noventa dias antes do término do mandato de seus antecessores, dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício de seus direitos políticos, na forma da lei.

Art. 57 - O Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão compromisso, tomarão posse e assumirão o exercício na sessão solene de instalação da Câmara Municipal, no dia primeiro de janeiro do ano subsequente à eleição.

§ 1º - Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 2º - Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito, e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara Municipal.

* § 3º - No ato da posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens,

as quais serão transcritas em livro próprio, constando de ata o seu resumo.

§ 4º - O Prefeito e o Vice-Prefeito, este quando remunerado, deverão desincompatibilizar-se, no ato da posse. Quando não remunerado, o Vice-Prefeito cumprirá essa exigência ao assumir o exercício do cargo.

Art. 58 - O Prefeito não poderá, desde a posse, sob pena de perda do cargo:

- I - firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- II - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "ad nutum", nas entidades constantes do inciso anterior, ressalvada a posse em virtude de curso público;
- III - ser titular de mais de um cargo de mandato eletivo;
- IV - patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades já referidas;
- V - ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

Art. 59 - Será de quatro anos o mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito, a iniciar-se no dia primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

Art. 60 - O Vice-Prefeito substitui o Prefeito em caso de licença ou impedimento, e o sucede no caso de vaga.

Parágrafo Único - O Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do respectivo mandato.

Art. 61 - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado para missões especiais.

Art. 62 - Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, assumirá o Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - O Presidente da Câmara, não poderá recusar-se a assumir, sob pena de extinção do respectivo mandato.

Art. 63 - Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º Ocorrendo a vacância nos dois últimos anos do mandato, a eleição para ambos os cargos será feita pela Câmara Municipal, trinta dias depois da última vaga, na forma da lei.

§ 2º - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Art. 64 - O Prefeito e o Vice-Prefeito, este quando no exercício do cargo de Prefeito, não poderão ausentar-se do Município, por mais de quinze dias consecutivos, sem prévia autorização da Câmara Municipal, sob pena de perda do cargo.

Art. 65 - O Prefeito residirá no Município, sob pena de perda do cargo.

Art. 66 - O Prefeito poderá licenciar-se, mediante prévia autorização da Câmara Municipal:

- I - quando a serviço ou em missão de representação do Município, devendo enviar à Câmara Municipal relatório circunstanciado dos resultados de sua viagem, sob pena de perda do cargo;
- II - quando impossibilitado do exercício do cargo,

por motivo de doença devidamente comprovada.

Parágrafo Único - Nos casos deste artigo, o Prefeito licenciado terá direito ao subsídio e à verba de representação.

Art. 67 - A remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito será fixada, em cada legislatura, para a subsequente, pela Câmara Municipal, observado o que dispõe o artigo 51, II, desta Lei Orgânica, admitida atualização monetária de valores, na mesma data e mesmos índices da revisão geral da remuneração dos servidores municipais.

Parágrafo Único - Na hipótese de a Câmara Municipal deixar de exercer a competência de que trata este artigo, ficarão mantidos, na legislatura subsequente, os critérios de remuneração vigentes em dezembro do último exercício da legislatura anterior, admitida apenas a atualização de valores.

Art. 68 - O Prefeito é processado e julgado originariamente pelo Tribunal de Justiça, nos crimes comuns e nos de responsabilidade.

§ 1º - Compete à Câmara municipal o julgamento do Prefeito por infração político-administrativa, assegurada ao mesmo ampla defesa em processo no qual seja acusado, observados, entre outros requisitos de validade, o contraditório, a publicidade e o despacho ou decisão motivados.

§ 2º - São infrações político administrativas do Prefeito, sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato:

- I - impedir o funcionamento regular da Câmara;
- II - impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por Comissão de Investigação da Câmara ou auditoria, regu-

lamente instituída.

III

- não atender, sem motivos justos, as convocações e os pedidos de informações da Câmara, que deverão ser efetuados no prazo máximo de trinta dias;

IV

- retardar a publicação, ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;

V

- deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo e em forma regular, a proposta orçamentária;

VI

- descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII

- praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;

VIII

- omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;

IX

- fixar residência fora do Município;

X

- ausentar-se do Município, por tempo superior a quinze dias, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara;

XI

- proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro, cargo ou atentatório das instituições vigentes;

XII

- deixar de entregar à Câmara os recursos correspondentes as dotações orçamentárias, compreendidas as dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, de acordo com a programação estabelecida na Lei Orçamentária, até o dia vinte de cada mês.

XIII

- deixar de efetuar o pagamento das obrigações sociais;

XIV

- deixar de afixar em lugar próprio, diariamente

XV

o boletim da tesouraria do dia anterior;

- deixar, injustificadamente, de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, no prazo máximo de até quinze dias;

XVI

- a condenação por qualquer das infrações político-administrativas previstas nos incisos anteriores, além da perda do mandato, não exime aos infratores da responsabilidade civil oriunda do dano causado ao patrimônio público ou de crime comum e de responsabilidade, com suas implicações decorrentes de lei, se for o caso;

XVII - aos acusados, será assegurada ampla defesa no processo, observados dentre outros requisitos de validade, o contraditório, a publicidade e o despacho ou decisão motivadas.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 69 - Compete privativamente ao Prefeito Municipal:

I

- nomear e exonerar os Secretários Municipais e o Procurador Geral do Município;

II

- exonerar, com o auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior do Poder Executivo;

III

- prover ou desprover os cargos públicos do Poder Executivo, observado o disposto nesta Lei Orgânica, e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

IV

- prover os cargos de direção ou administração superior de autarquias e fundações públicas;

V

- indicar o processo legislativo, nos casos e na

forma previstos nesta Lei Orgânica;

VI - fundamentar os projetos de lei que remeter à Câmara Municipal;

VII - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara Municipal e, para sua fiel execução, expedir decretos e regulamentos;

VIII - vetar, no todo ou em parte, proposições de lei, na forma prevista nesta Lei Orgânica;

IX - representar o Município, em juízo e fora dele, por intermédio da Procuradoria Geral do Município, na forma estabelecida em lei;

X - remeter mensagens e planos de governo à Câmara Municipal, quando da reunião inaugural da sessão legislativa ordinária, expondo a situação do Município;

XI - enviar à Câmara Municipal o plano plurianual de ação governamental, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta Lei Orgânica;

XII - prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro de sessenta dias da abertura da sessão legislativa ordinária, as contas referentes ao exercício anterior;

XIII - extinguir cargo desnecessário, desde que vago ou ocupado por servidor público não estável, na forma da lei;

XIV - decretar desapropriações e instituir serviços administrativos;

XV - expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

XVI - conceder, permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros, após as autorizações legislativas necessárias, quando for o caso;

XVII - dispor, na forma da lei, sobre a organização e atividade do Poder Executivo;

XVIII - celebrar convênio com entidade de direito público ou privado, observado o disposto no inciso XIV, do artigo 16;

XIX - conferir distinção e condecoração honoríficas, na forma da lei;

XX - contrair empréstimo externo e interno e fazer acordo ou operação externo de qualquer natureza, após autorização da Câmara Municipal, observados os parâmetros de endividamento estabelecidos em lei, dentro dos princípios da Constituição da República;

XXI - convocar extraordinariamente a Câmara Municipal, observados o disposto no artigo 35;

XXII - fazer publicar os atos oficiais;

XXIII - prestar à Câmara Municipal, no prazo de trinta dias, informações solicitadas na forma do Regulamento Interno;

XXIV - superintender a arrecadação dos tributos e preços, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos, dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara Municipal;

XXV - entregar à Câmara Municipal, até o dia vinte de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo de sua dotação orçamentária, compreendidos os créditos suplementares e especiais, sob pena de responsabilidade;

XXVI - aplicar multas previstas em lei e contratos sob pena de responsabilidade, bem como relevâncias quando impostas irregularmente;

XXVII - resolver sobre requerimentos, reclamações ou

representações que lhe forem dirigidos;

XXVIII - aprovar projetos de edificação, planos de loteamento, arruamento e desmembramento urbano ou para fins urbanos, além de desdobros de lotes, na forma da lei;

XXIX - convocar e presidir o Conselho do Município;

XXX - elaborar o Plano Diretor;

XXXI - exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - O Prefeito poderá delegar, por decreto, aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva.

SEÇÃO III

DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Art. 70 - São crime de responsabilidade os atos do Prefeito que atentem contra a Constituição da República, contra a Constituição do Estado, contra esta Lei Orgânica e, especialmente, contra:

- I - a existência da União;
- II - o livre exercício do Poder Legislativo;
- III - o livre exercício do Poder Judiciário e do Ministério Público, da União e do Estado;
- IV - o exercício dos direitos políticos, individuais, sociais e coletivos;
- V - a probidade na administração;
- VI - a lei orçamentária;
- VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

§ 1º - Os crimes de que trata este artigo serão defi-

nidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

§ 2º - É permitido a todo cidadão denunciar o Prefeito perante a Câmara Municipal, por crime de responsabilidade.

§ 3º - Declarada, pela Câmara Municipal, a admissibilidade de acusação contra o Prefeito, pelo voto de dois terços de seus membros, será ele submetido a julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado, nos crimes de responsabilidade, ou pela Câmara Municipal, nas infrações político-administrativas.

Art. 71 - O Prefeito será suspenso de suas funções:

- I - nos crimes comuns, se recebida a denúncia ou a queixa, pelo Tribunal de Justiça do Estado;
- II - nos crimes de responsabilidade, se admitida a acusação e instaurado o processo, no Tribunal de Justiça do Estado.

§ 1º - Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Prefeito, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 2º - Enquanto não sobreviver sentença condenatória, nos crimes comuns, o Prefeito não estará sujeito a prisão.

§ 3º - O Prefeito não pode, na vigência de seu mandato, ser responsabilizado por ato estranho ao exercício de suas funções.

SEÇÃO IV

DO SECRETÁRIO MUNICIPAL

Art. 72 - O Secretário Municipal será escolhido dentre brasileiros maiores de vinte e um anos de idade, e no exercício dos direitos políticos.

Art. 73 - Compete ao Secretário Municipal, além das atribuições que esta Lei Orgânica e as leis estabelecerem:

- I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos de sua Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas;
- II - referendar ato e decreto do Prefeito, pertinentes à sua área de competência;
- III - expedir instruções para a execução de lei, decreto ou regulamento;
- IV - apresentar ao Prefeito relatório anual de sua gestão, que será publicado no Órgão Oficial do Município;
- V - praticar à Câmara Municipal, nos casos e para os fins previstos nesta Lei Orgânica;
- VI - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgados ou delegadas pelo Prefeito.

Art. 74 - A competência do Secretário Municipal abrange todo o território do Município, nos assuntos pertinentes à respectiva Secretaria.

Art. 75 - O Secretário Municipal, sempre nomeado em Comissão, fará declaração pública de bens, no ato da posse e no término do exercício do cargo, e tem os mesmos impedimentos dos Vereadores e do Prefeito, enquanto nele permanecer, ressalvado o exercício de um cargo de magistério.

SEÇÃO V

DO CONSELHO DO MUNICÍPIO

Art. 76 - O Conselho do Município é o órgão superior de consulta do Prefeito e dele participam:

- I - o Vice-Prefeito;
- II - o Presidente da Câmara Municipal;
- III - os líderes da maioria e da minoria na Câmara Municipal;
- IV - o Procurador Geral do Município;
- V - seis cidadãos brasileiros, com no mínimo dezoito anos de idade, sendo três nomeados pelo Prefeito e três eleitos pela Câmara Municipal, todos com mandato de dois anos, vedada a recondução;
- VI - três membros de associações representativas de Distritos, por estes indicados para o período de dois anos, vedada a recondução.

Art. 77 - Compete ao Conselho do Município pronunciar-se sobre questões de relevantes interesse para o Município, incluídos os problemas emergentes de grave complexidade e implicações sociais.

Art. 78 - O Conselho poderá convocar Secretário Municipal para participar de suas reuniões, quando constar da pauta questão relacionada com a respectiva Secretaria.

Art. 79 - A lei disporá sobre a organização e o funcionamento do Conselho do Município.

SEÇÃO VI

DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 80 - A Procuradoria do Município é a instituição que representa o Município, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe ainda nos termos de especial, as atividades e consultoria e assessoramento do Poder Executivo, e privativamente, a execução de dívida ativa de natureza tributária.

§ 1º - A Procuradoria do Município reger-se-á por lei própria, atendendo-se, com relação aos seus integrantes, o disposto nos artigos 37, Inciso XII e 39 § 1º da Constituição Federal.

§ 2º - O ingresso na classe inicial da carreira de Procurador Municipal, far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

§ 3º - A Procuradoria do Município, tem por chefe o Procurador Geral do Município, de livre designação pelo Prefeito, dentre advogado de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Art. 81 - O Município organizará a sua administração, exercerá suas atividades e promoverá sua política de desenvolvimento urbano dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo aos objetivos e diretrizes estabelecidos no Plano Diretor.

§ 1º - É assegurada a cooperação das associações representativas no planejamento municipal.

§ 2º - O Plano Diretor é o instrumento orientador e básico dos processos de transformação do espaço urbano e de sua estrutura territorial, servindo de referência para todos os agentes políticos e provados que atuam na cidade.

Art. 82 - A delimitação da zona urbana será definida em lei, observado o estabelecido no plano Diretor.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 83 - A atividade de administração municipal dos Poderes do Município e a de entidade descentralizada se sujeitarão, dentre outros, aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e razoabilidade.

§ 1º - A moralidade e a razoabilidade dos atos do Poder Público serão apuradas, para efeito de controle e invalidação, em face dos dados objetivos de cada caso.

§ 2º - O agente público motivará o ato administrativo que praticar, explicitando-lhe o fundamento legal, o fático e a finalidade.

Art. 84 - Administração Municipal direta é a que compete a órgão de qualquer dos Poderes do Município.

§ 1º - Administração Municipal Indireta é a que compete:

- I - à autarquia;
- II - à sociedade de economia mista;
- III - à empresa pública;
- IV - à fundação pública;
- V - às demais entidades de direito privado, sob controle direto ou indireto do Município.

§ 2º - Depende de lei, em cada caso:

- I - a instituição e a extinção de autarquia e fundação pública;

II - a autorização para instituir e extinguir sociedade de economia mista e empresa pública e alienar ações que garantam, nestas entidades, o controle do Município;

III - a criação de subsidiária das entidades mencionadas neste parágrafo e sua participação em empresa privada.

§ 3º - Ao Município somente é permitido instituir ou manter fundação com a natureza de pessoa jurídica de direito público.

§ 4º - Entidade da administração indireta somente pode ser instituída ou mantida para a prestação de serviço público.

§ 5º - É vedada a delegação de poderes ao Poder Executivo para criação, extinção ou transformação de entidade de sua administração indireta.

Art. 85 - Todo órgão ou entidade municipal prestará aos interessados, no prazo da lei e sob pena de responsabilidade funcional, as informações de interesse particular, coletivo ou geral.

Art. 86 - A publicidade de ato, programa, projeto, obra, serviço e campanha de órgão público, por qualquer veículo de comunicação, somente pode ter caráter informativo, educativo ou de orientação social, e dela não constarão nome, símbolo ou imagem que caracterizem a promoção pessoal de autoridade, servidor público ou partido político.

Parágrafo Único - Os poderes do Município, incluídos os órgãos e entidades que os compõem, publicação, trimestralmente, o montante das despesas com publicidade, pagas ou contratadas naquele período, com cada agência ou veículo de comunicação.

Art. 87 - A publicação das leis e atos municipais será feita no órgão Oficial do Município.

§ 1º - A publicação dos atos não normativos poderá ser resumida.

§ 2º - Os atos de efeitos externos só os produzirão após a sua publicação.

Art. 88 - O Município manterá Guarda Municipal, destinada à proteção das instalações, bens e serviços municipais, conforme dispuser a lei.

Parágrafo Único - A lei poderá atribuir à Guarda Municipal a função de apoio aos serviços municipais afetos ao exercício do poder de polícia, no âmbito de sua competência, bem como a fiscalização de trânsito.

Art. 89 - A administração fazendária e seus serviços fiscais terão, dentro das respectivas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

CAPÍTULO III

DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 90 - A realização de obras públicas municipais deverá estar adequada à diretrizes do Plano Diretor.

Art. 91 - Ressalvadas as atividades de planejamento e controle, a Administração Municipal poderá desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que conveniente ao interesse público, à execução indireta, mediante concessão ou permissão de serviço público ou de utilidade pública, verificando que a iniciativa privada esteja suficientemente desenvolvida e capacitada para o seu desenvolvimento.

§ 1º - A permissão de serviço público ou de utilidade pública, sempre a título precário, será outorgada por decreto, a

pós edital de chamamento de interessados, para escolha do melhor pretendente. A concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência.

§ 2º - O Município poderá retomar, sem indenização os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

Art. 92 - Lei especifica disporá sobre:

- I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos ou de utilidade pública, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação e as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;
- II - os direitos dos usuários;
- III - a política tarifária;
- IV - a obrigação de manter serviço adequado;
- V - as reclamações relativas a prestação de serviços públicos ou de utilidade pública.

Parágrafo Único - As tarifas dos serviços públicos ou de utilidade pública deverão ser fixadas pelo Poder Executivo, tendo em vista a justa remuneração.

Art. 93 - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º - Na licitação a cargo do Município ou de entidade

de administração indireta, observar-se-ão, entre outras, sob pena de nulidade, os princípios de isonomia, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

§ 2º - Para a determinação da modalidade de licitação nos casos de obras e serviços de engenharia, compras e serviços, a cargo de qualquer dos Poderes do Município ou de entidade da administração indireta, os limites máximos de valor correspondem a cinquenta por cento dos adotados pelo Estado.

Art. 94 - As relações jurídicas entre o Município e o particular prestador de serviço público em virtude de delegação, sob a forma de concessão, permissão ou autorização, são regidas pelo direito público.

Art. 95 - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causaram a terceiros, sendo obrigatória a regressão, no prazo estabelecido em lei, contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

Art. 96 - O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum mediante convênio com a União, o Estado ou entidades particulares ou mediante consórcio com outros Municípios.

Parágrafo Único - A celebração de convênios ou a constituição de consórcios municipais dependerá de autorização legislativa.

CAPÍTULO IV

DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 97 - Constituem bens municipais todas as coisas

móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.

Art. 98 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara Municipal, quanto aqueles utilizados em seus serviços.

§ 1º - Os bens do patrimônio municipal serão cadastrados, zelados e tecnicamente identificados, especialmente as edificações do interesse administrativo, as terras públicas e a documentação dos serviços públicos.

§ 2º - O cadastramento e a identificação técnica dos imóveis do Município, de que trata o parágrafo anterior, devem ser anualmente atualizados, garantindo o acesso às informações neles contidas.

Art. 99 - A aquisição de bem imóvel, a título oneroso, depende de avaliação prévia e de autorização legislativa.

Art. 100 - A alienação de bens municipais, sempre subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

- I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:
 - a) doação, constando da lei e da escritura pública os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocesso, sob pena de nulidade do ato;
 - b) permuta.

II - quando móveis, dependerá de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

- a) doação, que será permitida exclusivamente para fins de interesse social;
- b) permuta.

§ 1º - O Município, preferentemente à doação ou venda de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência. A concorrência poderá ser dispensada, por lei, quando o uso destinar a concessão a serviço público ou a entidades assistenciais, havendo relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2º - A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação, resultantes de obra pública, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa. As áreas resultantes de modificação de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições, quer sejam aproveitáveis ou não.

Art. 101 - O uso especial de bem patrimonial do Município por terceiro será objeto de, na forma da lei, observado o disposto neste artigo:

- I - concessão, mediante contrato de direito público, remunerada ou gratuita, ou a título de direito real resolúvel;
- II - permissão;
- III - cessão;
- IV - autorização.

§ 1º - A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial e dominicais dependerá de lei e concorrência e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato. A concorrência poderá ser dispensada, mediante lei, quando o uso se destinar a concessão de serviço público ou a entidades assistenciais, havendo relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2º - A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente será outorgada mediante autorização legislativa.

§ 3º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto.

§ 4º - A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividades de uso específico e transitório, pelo prazo máximo de noventa dias, salvo quando para o fim de formar canteiro de obra pública, caso em que o prazo corresponderá ao da duração da obra.

(Art. 102) - Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas da municipalidade, desde que não haja prejuízo para o serviço público e o interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens, no estado em que os haja recebido.

CAPÍTULO V

DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 103 - A atividade administrativa permanente é exercida:

- I - em qualquer dos Poderes do Município, nas autarquias e nas fundações públicas, por servidor público, ocupante de cargo público, em caráter efetivo ou em comissão, ou de função pública;
- II - nas sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, sob o controle direto ou indireto do Município, por empregado público, ocupante de emprego público ou função de confiança.

Art. 104 - Os cargos, empregos e funções são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos

em lei.

§ 1º - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para o cargo em comissão, declarado de livre nomeação e exoneração.

§ 2º - O prazo de validade do concurso público é de dois anos, prorrogável, uma vez, por igual período.

§ 3º - Durante o prazo de validade do concurso, o aprovado será convocado, observada a ordem de classificação, com prioridade sobre novos concursos, para assumir o cargo ou emprego de carreira.

§ 4º - A inobservância do disposto nos §§ 1º a 3º, deste artigo, implica nulidade do ato e punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

Art. 105 - A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica a funções de magistério.

Art. 106 - O cargo em comissão e a função de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidor público ocupante de cargo de carreira técnica e profissional, nos casos e condições previstos em lei.

Parágrafo Único - Nas entidades da administração indireta, pelo menos um cargo ou função de confiança de direção superior será provido por servidor ou empregado público de carreira da respectiva instituição.

Art. 107 - A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração do servidor público, observados, como limite, pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não podem ser superiores aos percebidos no Poder Executivo.

§ 2º - É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto nesta Lei Orgânica.

§ 3º - Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para o fim de concessão de acréscimo ulterior, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 4º - Os vencimentos do servidor são irredutíveis.

§ 5º - O Município, no âmbito de cada Poder, pode cobrar contribuição social de seus servidores, para custeio de sistemas de previdência e assistência social, nos termos da Constituição da República e na forma da lei.

§ 6º - A contribuição do servidor, para efeito do disposto no parágrafo anterior, não será superior a um terço do valor atuarialmente exigível.

§ 7º - Os órgãos de direção de entidade responsável pela previdência e assistência social terão a participação de servidores públicos municipais de carreira dela contribuintes.

Art. 108 - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, permitida, se houver compatibilidade de horários:

- I - a de dois cargos de professor;
- II - a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- III - a de dois cargos provativos de médico.

Parágrafo Único - A proibição de acumular se estende a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.

Art. 109 - Ao servidor público em exercício de manda-

to eletivo se aplicam as seguintes disposições:

- I - tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado do cargo, emprego ou função;
- II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração;
- III - investido no mandato de Vereador, se houve compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, se não houver, será aplicada a norma do inciso anterior;
- IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
- V - para o efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Art. 110 - A despesa com o pessoal ativo e com o inativo do Município não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

Parágrafo Único - A concessão de vantagens ou o aumento de remuneração, a criação de cargo ou a alteração de estrutura de carreira, e a admissão de pessoal, a qualquer título, por órgão da administração direta ou entidade da administração indireta, só podem ser feitos:

- I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

- II - se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 111 - A lei reservará percentual dos cargos e em pregos públicos para provimento com portador de deficiência e de finirá os critérios de sua admissão.

Art. 112 - Os atos de improbidade administrativa importam a suspensão dos direitos políticos, a perda de função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e na graduação estabelecidas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 113 - O Município manterá regime jurídico único estatutário e planos de carreira para os servidores dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º - A política de pessoal obedecerá às seguintes diretrizes:

- I - valorização e designação da função pública e do servidor público;
- II - profissionalização e aperfeiçoamento do servidor público;
- III - constituição de quadro dirigente, mediante formação e aperfeiçoamento de administradores;
- IV - sistema de mérito objetivamente apurado para ingresso no serviço e desenvolvimento na carreira;
- V - remuneração compatível com a complexidade e a responsabilidade das tarefas e com a escolaridade exigida para seu desempenho.

§ 2º - Ao servidor público que, por acidente ou doença, tornar-se inábil para exercer as atribuições específicas de seu cargo, serão assegurados os direitos e vantagens a ele in-

rentes, até seu definitivo aproveitamento em outro cargo.

§ 3º - Para provimento do cargo de natureza técnica, exigir-se-á a respectiva habilitação profissional.

Art. 114 - O Município assegurará ao servidor público os direitos previstos no art. 7º, incisos IV, VI, VII, VIII, IX, X, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII, XXX, e XXXI, da Constituição da República, e os que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social e à produtividade no serviço público, especialmente:

- I - adicionais por tempo de serviço;
- II - férias-prêmio, com duração de três meses, adquiridas a cada período de cinco anos de efetivo exercício de servidor público, admitida sua conversão em espécie, por opção do servidor, ou, para efeito de aposentadoria, a contagem em dobro das não gozadas;
- III - assistência e previdência sociais, extensivas ao cônjuge ou companheiro e aos dependentes;
- IV - assistência gratuita, em creche e pré-escola, aos filhos e dependentes, desde o nascimento até seis anos de idade;
- V - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres e perigosas;
- VI - adicional sobre a remuneração, quando completar trinta anos de serviço, ou antes disso, se implementado o interlúdio necessário para a aposentadoria, não computável quando da concessão desta.

Parágrafo Único - Cada período de cinco anos de efetivo exercício, dá aos servidores direito a adicional de dez por cento sobre seu vencimento e gratificação inerente ao exercício de cargo ou função, o qual a este se incorpora para o efeito de

aposentadoria.

Art. 115 - A lei assegurará aos servidores públicos da administração direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, ou entre servidores dos Poderes Legislativo e Executivo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 1º - O servidor público, incluído o das autarquias e fundações, detentor de título declaratório que lhe assegure o direito à continuidade de percepção da remuneração de cargo de provimento em comissão, tem direito aos vencimentos, às gratificações e a todas as demais vantagens inerentes ao cargo em relação ao qual tenha ocorrido o apostilamento, ainda que decorrentes da transformação ou reclassificação posteriores.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior se aplica, no que couber, ao servidor público detentor de título declaratório que lhe assegure direito à continuidade de percepção de remuneração relativamente a funções.

Art. 116 - O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal.

Art. 117 - É garantida a liberação do servidor público para o exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical, sem prejuízo da remuneração e dos demais direitos e vantagens de seu cargo.

Art. 118 - É estável, ³após dois anos de efetivo exercício, o servidor público nomeado em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do

servidor público, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 119 - O servidor público será aposentado:

- I - por invalidez permanente, com proventos integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificados em lei, e proporcionais, nos demais casos;
- II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
- III - voluntariamente:

- a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta se mulher, com proventos integrais;
- b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e aos vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;
- c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
- d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º - As exceções ao disposto no inciso III, alínea a e c, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, serão as estabelecidas em lei complementar federal.

§ 2º - A lei disporá sobre a aposentadoria em cargo ou emprego temporários.

§ 3º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 4º - Os proventos da aposentadoria, nunca inferiores ao salário mínimo, serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração do servidor em atividade.

§ 5º - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 6º - Para efeito de aposentadoria, é assegurado a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, nos termos da lei.

Art. 120 - O servidor público que retornar à atividade após a cessação dos motivos que causaram sua aposentadoria por invalidez, terá direito, para todos os fins, salvo para o de promoção, à contagem do tempo relativo ao período de afastamento.

Art. 121 - Os cargos públicos serão criados por lei, que fixará sua denominação, padrão de vencimentos, condições de provimento e indicará os recursos pelos quais serão pagos seus ocupantes.

Parágrafo Único - A criação e extinção dos cargos da Câmara Municipal, bem como a fixação e alteração de seus vencimentos, dependerão de projeto de lei de iniciativa da Mesa.

Art. 122 - O Município estabelecerá, por lei, o regime previdenciário de seus servidores.

TÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 123 - Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

- I - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;
- II - imposto sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso;
 - a) de bens imóveis, por natureza ou acessão física;
 - b) de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;
- III - imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;
- IV - imposto sobre serviços de qualquer natureza, não incluídos na competência estadual compreendida no artigo 155, I, b, da Constituição da República, definidos em lei complementar;
- V - taxas:
 - a) em razão do exercício do poder de polícia;
 - b) pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
- VI - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;
- VII - contribuição para o custeio de sistemas de previdência e assistência social.

§ 1º - O imposto previsto no inciso I será progressivo, na forma a ser estabelecida em lei, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto previsto no inciso II:

- I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;
- II - incide sobre imóveis situados na zona territorial do Município.

§ 3º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos de lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 4º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§ 5º - A contribuição prevista no inciso VII será cobrada dos servidores municipais e em benefício destes.

CAPÍTULO II

DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR

Art. 124 - É vedado ao Município:

- I - exigir ou aumentar sem lei que o estabeleça;

- II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

- a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

- b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os institui ou aumentou;

VI - utilizar com efeito de confisco;

- V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público Municipal;

VI - instituir sobre:

- a) patrimônio e serviços da União e dos Estados;

- b) templos de qualquer culto;

- c) patrimônio ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

VII - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

VIII - instituir taxas que atentem contra:

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas;

blicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

§ 1º - A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pela União ou o Estado, no que se refere ao patrimônio ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 2º - As vedações do inciso VI, a, e do parágrafo anterior, não se aplicam ao patrimônio ou aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos provados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação ou de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 3º - As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º - Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária só poderá ser concedida através da edição de lei municipal específica.

CAPÍTULO III

DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Art. 125 - O Município participará do produto da arrecadação de impostos pela União e pelo Estado, segundo o disposto nos artigos 157 a 161, da Constituição da República.

Parágrafo Único - O Município divulgará, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica

dos critérios de rateio.

CAPÍTULO IV

DOS ORÇAMENTOS

Art. 126 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - o orçamento anual.

Art. 127 - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma setorializada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas a programas de duração continuada.

Parágrafo Único - O Plano Plurianual e os programas setoriais serão elaborados em consonância com o plano diretor e submetido à apreciação da Câmara Municipal.

Art. 128 - A lei de diretrizes orçamentárias, compatível com o plano plurianual, compreenderá as metas e prioridades da Administração, incluída as despesas correntes e de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

Art. 129 - A lei orçamentária anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes Municipais, fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

II - o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a elas vinculadas, da Administração Direta ou Indireta, bem como fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

§ 1º - O Projeto de Lei Orçamentária será instruído com demonstrativo setorializado dos efeitos, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira e tributária.

§ 2º - O orçamento, compatibilizado com o Plano Diretor, terá, entre suas funções, a de reduzir desigualdades entre os bairros do Município, segundo critério populacional.

§ 3º - A Lei Orçamentária anual não conterá disposição estranha à provisão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas a autorização para a abertura de crédito suplementar e a contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Art. 130 - A Lei Orçamentária assegurará investimentos prioritários em programas de educação, saúde, habitação, saneamento básico, proteção do meio ambiente e de fomento ao ensino.

Art. 131 - Cabe à Lei Complementar:

- I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;
- II - estabelecer normas de gestão financeira e pa-

trimonial da Administração Direta e Indireta, e condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Art. 132 - Os projetos de lei relativos a plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e a crédito adicional serão apreciados pela Câmara Municipal na forma de seu Regimento Interno, observado o seguinte:

- I - caberá à comissão permanente específica:
 - a) examinar e emitir parecer sobre projetos, planos e programas, bem como sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;
 - b) exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentários, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara Municipal;

II - as emendas serão apresentadas à Comissão a que se refere o inciso I, a qual sobre elas emitirá parecer, e apreciadas pelo Plenário da Câmara Municipal;

III - as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou a projeto que modifique somente será aprovadas caso:

- a) sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
- b) indiquem os recursos necessários, admitido apenas os provenientes de anulação de despesa, excluída as que incidam sobre:

- 1) dotação para pessoal e seus encargos;
- 2) serviço da dívida; ou
- c) sejam relacionadas com:
 - 1) a correção de erro ou omissão;
 - 2) com as disposições do texto do projeto de lei.

§ 1º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias somente poderão ser aprovadas quando compatíveis com o plano plurianual.

§ 2º - O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal, para propor modificação no projeto a que se refere este artigo, enquanto não iniciada, na Comissão a que se refere o inciso I, a votação da parte cuja alteração for proposta.

§ 3º - Os projetos de lei do plano plurianual, o das diretrizes orçamentárias e o do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito à Câmara Municipal, nos termos da lei complementar a que se refere o artigo anterior.

§ 4º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia a específica autorização legislativa.

Art. 133 - São vedados:

- I - o início de programas ou projeto não incluídos na lei orçamentária anual;
- II - a realização de despesas ou assunção de obrigação direta que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- III - a realização de operação de crédito que exceda o montante das despesas de capital, ressalvada a autorização mediante crédito suplementar ou especial com finalidade precisa, aprovados pela Câmara Municipal, pela maioria de seus membros;
- IV - a vinculação de receita de imposto a órgão, fundo ou despesas, ressalvadas:
 - a) a destinação de recursos para manutenção e

desenvolvimento do ensino;

b) a prestação de garantia às operações de crédito por antecipação de receita;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de crédito ilimitado;

VIII - a utilização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e de seguridade social, para suprir necessidade ou cobrir "deficit" de empresa, fundação pública ou fundo;

IX - a instituição de fundo de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa;

X - a aplicação de disponibilidade de caixa do Município em títulos, valores mobiliários e outros ativos de empresa provada.

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá, sob pena de crime de responsabilidade, ser iniciada em prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autoriza a inclusão.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que tenham sido autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida, ouvido o Conselho do Município e "ad referendum"

da Câmara Municipal, por resolução, para atender a despesas imprevistas e urgentes, decorrentes de calamidade pública.

Art. 134 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo, serão entregues, em duodécimos, até o dia vinte de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade.

Art. 135 - À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Municipal, em virtude de sentença judiciária, dar-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos abertos para este fim.

TÍTULO V

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DAS ATIVIDADES ECONÔMICA E SOCIAL

Art. 136 - O Município, na sua circunscrição territorial e dentro de sua competência constitucional, assegura a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, observados os seguintes princípios:

- I - autonomia municipal;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre correspondência;

- V - defesa do consumidor;
- VI - defesa do meio-ambiente;
- VII - redução das desigualdades sociais;
- VIII - busca do pleno emprego;
- IX - tratamento favorecido para as cooperativas, em presas brasileira de capital nacional de pequeno porte e microempresas.

Parágrafo Único - É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização dos órgãos públicos municipais, salvo nos casos previstos em lei.

Art. 137 - A exploração, pelo Município, de atividade econômica não será permitida, salvo quando motivada por relevante interesse coletivo, na forma da lei complementar.

Parágrafo Único - As entidades da Administração Indireta, no exercício de atividade econômica, não poderão gozar de privilégio fiscal não extensivo ao setor privado.

Art. 138 - O Município dispensará às micro-empresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Art. 139 - O Município promoverá e incentivará o turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 140 - O Município manterá órgão especializado para a execução da política de defesa do consumidor, e adotará instrumentos para:

- I - restrição ao abuso do poder econômico;
- II - defesa, promoção e divulgação dos direitos do consumidor, educação para o consumo e estímulo à organização de associações voltadas para es-

te fim:

- III - fiscalização e controle de qualidade, de preços e de pesos e medidas dos bens e serviços produzidos e comercializados em seu território.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA URBANA

Art. 141 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Município, conforme diretrizes fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

§ 1º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre a sua função social, quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no Plano Diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro, salvo o disposto no inciso III, do artigo subsequente.

Art. 142 - O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.

Parágrafo Único - O Município poderá, mediante lei específica, para área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, sub-utilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

- I - parcelamento ou edificação compulsórios;

- II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

- III - desapropriação, com pagamento mediante título de dívida pública, de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 143 - O Município adotará instrumentos para efetivar o direito de todos à moradia, em condições dignas, mediante políticas habitacionais que considerem as peculiaridades locais e garantem a participação da sociedade civil.

Parágrafo Único - O direito à moradia compreende o acesso aos equipamentos urbanos.

Art. 144 - O Plano Diretor contemplará áreas de atividade rural produtiva, respeitadas as restrições decorrentes da expansão urbana.

Parágrafo Único - São isentos de tributos municipais os veículos de tração animal e os demais instrumentos de trabalho do pequeno agricultor, empregados no serviço da própria lavoura ou no transporte de seus produtos.

Art. 145 - Será isento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana o prédio ou o terreno destinado à moradia do proprietário de pequenos recursos, que não possua outro imóvel, nos termos e no limite do valor que a lei fixar.

Art. 146 - Fica determinado a isenção fiscal para empresas por um período de 05 (cinco) anos, que queiram instalar-se no Município, com os seguintes critérios:

- I - mínimo de 50 (cinquenta) funcionários;
- II - empresas não poluentes do meio ambiente e/ou cuide para não degradar o meio ambiente;

- III - a empresa que se instalar não poderá deixar o Município após os cinco anos de isenção, do contrário será acarretado o pagamento do imposto referente ao período.

CAPÍTULO III

DA ORDEM SOCIAL

Art. 147 - A ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça social.

SEÇÃO II

DA SAÚDE

Art. 148 - A saúde é o direito de todos, e a assistência a ela é dever do Município, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo Único - O direito à saúde implica a garantia de:

- I - condições dignas de trabalho, moradia, alimentação, educação, transporte, lazer e saneamento básico;
- II - acesso às informações de interesse para a saúde, obrigando o Poder Público a manter a população informada sobre os riscos e danos à saúde e sobre as medidas de prevenção e controle;
- III - dignidade, gratuidade e boa qualidade no atendimento e no tratamento de saúde;

- IV - participação da sociedade, por intermédio de entidades representativas, na elaboração de políticas, na definição de estratégias de implementação e no controle das atividades com im-pacto sobre a saúde.

Art. 149 - O Município integra, com a União e o Estado, o Sistema Único Descentralizado de Saúde, cujas ações e serviços públicos, na sua circunscrição territorial, são por ele diretamente dirigidos, com as seguintes diretrizes:

- I - participação da comunidade;
- II - integralidade na prestação de ações de saúde, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III - valorização do profissional da área de saúde.

Parágrafo Único - O Sistema Único Descentralizado de Saúde será financiado com recursos provenientes dos orçamentos da seguridade social da União, do Estado, do Município, e com os de outras fontes.

Art. 150 - A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições provadas poderão participar, de forma complementar, do Sistema Único Descentralizado de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º - É vedada ao Município a destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 151 - Ao Município compete, como integrantes do Sistema Único Descentralizado de Saúde, além de outras atribuições nos termos da lei:

- I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, modervados e outros insumos;
- II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;
- III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;
- IV - participar da formação da política e da execução das ações de saneamento básico;
- V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico;
- VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebida e águas para consumo humano;
- VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;
- VIII - colaborar na produção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

SEÇÃO III

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 152 - Fica determinado a criação de uma assistência social para atuação em todo o Município, sendo prestada pelo Município a quem dela necessitar, independentemente de contribuição, e tem por objetivos:

- I - A proteção à família, à maternidade, à infância,

- cia, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Art. 153 - O Município executará, na sua circunscrição territorial, com recursos da seguridade social, consoante normas gerais federais, os programas de ação governamental, na área de assistência social.

Parágrafo Único - A comunidade, por meio de suas organizações representativas, participará na formulação de política e no controle das ações a que se refere esta Seção.

Art. 154 - O Município poderá:

- I - conceder subvenções a entidades assistenciais privadas, declaradas de utilidade pública por lei municipal;
- II - firmar convênio com entidade pública ou privada, para prestação de serviços de assistência social à comunidade local.

SEÇÃO IV

DA EDUCAÇÃO

Art. 155 - A educação, direito de todos, dever do Município e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 156 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e frequência à escola e permanência nela;
- II - liberdade de aprender, ensinar e pesquisar, e de divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e concepções filosóficas, políticas, estéticas, religiosas e pedagógicas, que conduza o educando à formação de uma postura ética e social próprias;
- IV - preservação dos valores educacionais locais;
- V - gratuidade do ensino público;
- VI - valorização dos profissionais do ensino, com a garantia, na forma da lei, de plano de carreira para o magistério público municipal, com piso de vencimento profissional e com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, realizado periodicamente, sob o regime jurídico único adotado pelo Município para seus servidores;
- VII - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VIII - a escolha para o exercício de cargo de Diretor ou função de Vice-Diretor de Escola Pública Municipal, para período fixado em lei, deverá ser feita pelo voto secreto dos pais dos alunos, alunos maiores de 16 anos de idade e, funcionários da Escola, prestigiados na apuração objetiva do mérito dos candidatos, a experiência profissional, habilitação legal, a titulação, a aptidão para a liderança, a capacidade de gerenciamento, na forma da lei, e a prestação de serviço no estabelecimento;

IX - garantia do princípio do mérito, objetivamente apurado, na carreira do magistério;

- X - garantia do padrão de qualidade, mediante:
 - a) avaliação cooperativa periódica por órgão próprio do sistema educacional, pelo corpo docente e pelos responsáveis pelos alunos;
 - b) condições para reciclagem periódica pelos profissionais de ensino.

Parágrafo Único - A gratuidade do ensino a cargo do Município inclui a de todo o material escolar e a da alimentação do educando, quando na escola.

Art. 157 - A garantia da educação pelo Município, em comum com a União e o Estado, se dará mediante:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio, para garantir, gradativamente, a gratuidade e obrigatoriedade desse grau de ensino;
- III - atendimento educacional especializado ao portador de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de recursos humanos capacitados e material e equipamentos públicos adequados, e de vaga em escola próxima à sua residência;
- IV - atendimento gratuito em creche e pré-escola à criança de até seis anos de idade, com garantia de acesso ao ensino fundamental.

Art. 158 - O Município aplicará, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) de seu orçamento anual para manutenção e desenvolvimento de seu processo educacional.

Art. 159 - O Município, o Estado e a União organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino.

§ 1º - O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 2º - O Município receberá assistência técnica e financeira da União e do Estado, para o desenvolvimento de seu sistema de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.

Art. 160 - Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas e podem ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, definidas em lei, que:

- I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação, na circunscrição do Município;
- II - assegurem a destinação do seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

Parágrafo único - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e de cursos regulares na rede pública na localidade da residência do educando, obrigando o Município a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

Art. 161 - As ações do Município, na área do ensino,

visam a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

SEÇÃO V

DA CULTURA

Art. 162 - O Município garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais, para o que incentivará, valorizará e difundirá as manifestações culturais da comunidade, mediante, sobretudo:

- I - criação e manutenção de núcleos culturais e de espaços públicos equiparados, para a formação e difusão das expressões artístico-culturais;
- II - adoção de medidas adequadas à identificação, proteção, conservação, revalorização e recuperação do patrimônio cultural, histórico, natural e científico do Município;
- III - adoção de incentivos fiscais que estimulem as empresas privadas a investirem na produção cultural e artística do Município, e na preservação do seu patrimônio histórico, artístico e cultural;
- IV - adoção de ação impeditiva da avasão, destruição e descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, científico, artístico e cultural;
- V - estímulo às atividades de caráter cultural e artístico, notadamente as de cunho regional e as folclóricas.

§ 1º - O Município, com a colaboração da comunidade, prestará apoio para a preservação das manifestações culturais locais, especialmente das escolas e bandas musicais e guardas de

congo.

§ 2º - O acesso à consulta dos arquivos da documentação oficial do Município é livre.

§ 3º - Os dados e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Art. 163 - Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade Açucenense, entre os quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, tecnológicas e artísticas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, etnológico, paleontológico, ecológico e científico.

Art. 164 - O Município, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, de outras formas de acautelamento e preservação e, ainda, de repressão aos danos e às ameaças a esse patrimônio.

Parágrafo Único - A lei estabelecerá plano permanente para proteção do patrimônio cultural do Município.

Art. 165 - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para a cultura do Município e para os diferentes segmentos étnicos que compõem a comunidade local.

cal.

SEÇÃO VI

DO DESPORTO E DO LAZER

Art. 166 - O Município fomentará, diretamente e em colaboração com as entidades desportivas, a promoção, o estímulo, a orientação e o apoio à prática e difusão da educação física e do desporto, formal e não formal, com:

- I - a destinação de recursos públicos à promoção prioritária do desporto educacional e, em situações específicas, do desporto de alto rendimento;
- II - a proteção e incentivo às manifestações de criação açucenense;
- III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional;
- IV - a obrigatoriedade de reserva de áreas destinadas a praças e campos de esporte nos projetos de urbanização e de unidades escolares, e a desenvolvimento de programas de construção de áreas para a prática do esporte comunitário.

Parágrafo Único - O Município garantirá ao portador de deficiência atendimento especializado no que se refere à educação física e à prática de atividades desportivas, sobretudo no âmbito escolar.

Art. 167 - O Município incentivará, mediante benefícios fiscais e na forma da lei, o investimento da iniciativa privada no desporto.

Art. 168 - O Município incentivará o lazer, como forma de promoção social, especialmente mediante:

- I - reserva de espaços verdes ou livres, em forma de parques, bosques, jardins e assemelhados, como base física da recreação urbana;
- II - construção e equipamento de parques infantis, centros de juventude e edifícios de convivência comunal;
- III - aproveitamento e adaptação de rios, vales, colinas, montanhas, lagos, matas e outros recursos naturais, como locais de lazer.

SEÇÃO VII

DO MEIO AMBIENTE

Art. 169 - Todos têm o direito a meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, e ao Município e à coletividade é imposto o dever de defendê-lo e conservá-lo para as gerações presentes e futuras.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Município, em colaboração com a União e com o Estado:

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II - definir, em lei complementar, os espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção;
- III - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético e fiscalizar as entidades de

- IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

- V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, bem como o transporte e o armazenamento dessas substâncias em seu território;

- VI - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldades;

- VII - promover a educação ambiental, em todos os níveis de ensino, e a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente;

- VIII - assegurar, na forma da lei, o livre acesso às informações básicas sobre o meio ambiente;

- IX - prevenir e controlar a poluição, a erosão, o assoreamento e outras forma de degradação ambiental.

§ 2º - O direito de propriedade sobre os bens do patrimônio natural é revelado pelo princípio da função social, no sentido de sua proteção, valorização e promoção.

§ 3º - Aquele que explorar recursos minerais, inclusive extração de areia, cascalho ou pedreira, fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 4º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções administrativas e penais, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Art. 170 - É obrigação das instituições do Poder Público Municipal, com atribuições diretas ou indiretas de proteção e controle ambiental, informar o Ministério Público sobre a ocorrência de conduta ou atividade considerada lesiva ao meio ambiente.

§ 1º - Os agentes públicos respondem, pessoalmente, pela atitude de comissiva ou omissiva que descumpra o estabelecido neste artigo.

§ 2º - Cidadãos e entidades podem exigir, administrativamente, a cessação das causas de violação do disposto nesta Seção, a reparação do dano e a aplicação das demais sanções previstas.

Art. 171 - Os bens do patrimônio, uma vez tombados pelo Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, gozam de isenção de impostos e contribuição de melhoria municipais, desde que sejam preservados por seu proprietário.

Parágrafo Único - O proprietário do bem, para obter os benefícios da isenção, formulará requerimento ao Executivo Municipal, instruído com cópia do ato de tombamento, e sujeitar-se-á à fiscalização, para comprovação da preservação do bem.

Art. 172 - O Executivo Municipal nomeará o chefe do Departamento Municipal da Agricultura, como cargo de confiança, desde que seja Produtor Rural ou pessoa ligada às atividades agrícolas.

§ 1º - Será determinada, pelo Executivo, verba especial, para realização do seu objetivo.

§ 2º - Caberá ao chefe do Departamento, administrar e manter o seu patrimônio.

Art. 173 - O Município adotará programas de desenvolvimento rural destinados a fomentar a produção agropecuária, organizar o abastecimento alimentar, promover o bem-estar do homem que trabalha a terra e fixá-lo no campo, compatibilizado com a política agrícola e com o plano de reforma agrária estabelecidos pela União.

§ 1º - Para consecução agrária dos objetivos indicados neste artigo, será assegurado, no planejamento e na execução da política rural na forma da lei, a participação do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, e do setor de comercialização, armazenamento, transporte e abastecimento, levando-se em conta, especialmente:

- I - os instrumentos creditícios e fiscais;
- II - a assinatura técnica e a extensão rural;
- III - o seguro agrícola;
- IV - o cooperativismo;
- V - a eletrificação rural e a irrigação;
- VI - a habitação para o trabalhador rural;
- VII - o cumprimento da função social da propriedade.

Art. 174 - O Município formulará mediante lei, a política rural, conforme a regionalização prevista nesta Lei Orgânica, observadas as peculiaridades locais, para desenvolver e a consolidar a diversificação e a especialização regionais, assegurados as seguintes medidas:

- I - programas de fornecimento de insumos básicos e de serviços de mecanização agrícola;
- II - criação e manutenção de serviços de preservação e controle da saúde animal;
- III - repressão ao uso de anabolizante e ao uso in-

discriminado de agrotóxico;

IV - incentivo, com a participação do Município, à criação de granja, sítio e chácara em núcleo rural, em sistema familiar;

V - estímulo à organização participativa da população rural;

VI - oferta, pelo Poder Público, de Escolas, Postos de Saúde, Centros de Lazer e Centros de Treinamento de Mão-de-Obra Rural, e de condições para implantação de Instalações de Saneamento Básico;

VII - criação e manutenção de núcleos de demonstração e experimentação de tecnologia apropriada à pequena produção;

VIII - apoio às iniciativas de comercialização direta, entre pequenos produtores e consumidores.

Parágrafo Único - O Município estabelecerá mediante Lei, restrições e normas à expansão indiscriminada de florestamentos homogêneos em seu território, em consonância com a legislação federal vigente.

SEÇÃO VIII

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA E DO IDOSO

Art. 175 - A família receberá especial proteção, na forma da lei.

Art. 176 - O Município, isoladamente ou em cooperação, manterá programas destinados à assistência à família, com o objetivo de assegurar:

I - o exercício do direito ao planejamento familiar, como livre decisão do casal, propiciando

lhes recursos materiais e científicos;

II - a orientação psicossocial às famílias de baixa renda;

III - a prevenção da violência, no âmbito das relações familiares;

IV - o acolhimento, preferencialmente em casa especializada, de mulher, criança, adolescente e idoso, vítimas de violência no âmbito da família ou fora dele.

Art. 177 - É dever da família, da sociedade e do Município, promover ações que visem assegurar e ao adolescente, com prioridade, o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária, e colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º - O Município promoverá, isoladamente ou em cooperação, admitida a participação de entidades não governamentais, programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do deficiente, observados os seguintes preceitos:

I - destinação de recursos à assistência materno-infantil;

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 1º - Para assegurar a implementação das medidas indicadas neste artigo, incumbe ao Município:

- I - estabelecer normas de construção e adaptação de logradouros e edifícios de uso público;
- II - celebrar convênio com entidade profissionalizante sem fins lucrativos, com vistas à formação profissional e à preparação para o trabalho;
- III - criar programa de assistência integral para excepcional não reabilitável;
- IV - promover a participação das entidades representativas da comunidade, na formulação da política de atendimento ao portador de deficiência e no controle das ações desenvolvidas;
- V - destinar, na forma da lei, recursos às entidades de amparo e de assistência ao portador de deficiência;
- VI - assegurar a gratuidade nos transportes coletivos urbanos.

Art. 178 - Ao servidor público que passe à condição de deficiente, no exercício de cargo ou função pública, o Município assegurará assistência médica e hospitalar, medicamentos, aparelhos e equipamentos necessários ao tratamento e à sua adaptação às novas condições de vida.

Art. 179 - O Município promoverá condições que assegurem à pessoa idosa, no que respeita à sua dignidade e ao seu bem estar.

§ 1º - Aos maiores de sessenta e cinco anos de idade é assegurado a gratuidade nos transportes coletivos urbanos.

§ 2º - O amparo ao idoso será, quando possível, exercido no próprio lar.

§ 3º - Para assegurar a integração do idoso na comunidade e na família, serão criados centros de lazer e de amparo à velhice e programas de preparação para a aposentadoria, com a participação de instituições dedicadas a essa finalidade.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 180 - Incumbe ao Município:

- I - auscultar permanentemente a comunidade e, para isso, divulgar, com a devida antecedência, os projetos de lei, de resolução e de decreto legislativo;
- II - adotar medidas para assegurar a celeridade em tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo, disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos.

Art. 181 - Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear, administrativamente, a anulação ou a declaração de nulidade dos atos lesivos ao patrimônio municipal.

Art. 182 - O Município não poderá dar nome de pessoa viva a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo, somente após dois anos do falecimento poderá ocorrer a homenagem.

Art. 183 - Os cemitérios, no Município, terão caráter secular e serão por ele administrados, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos.

Art. 184 - É considerada data cívica o Dia do Município de Açucena, celebrada anualmente em 1º de Janeiro.

Art. 185 - O Prefeito eleito designará Comissão de

Transição, cujos trabalhos se iniciarão, no mínimo, trinta dias antes de sua posse.

Parágrafo Único - O Prefeito Municipal oferecerá as condições necessárias para que a comissão possa efetuar levantamento da situação da Administração Direta e Indireta, inclusive mediante a contratação de auditoria externa.

Art. 166 - Todo agente político ou agente público, qualquer que seja sua categoria ou a natureza do cargo, e o dirigente, a qualquer título, de entidade da Administração Indireta, obrigam-se, ao se empossarem e ao serem exonerados, a declarar seus bens, sob pena de nulidade, de pleno direito, do ato de posse.

Parágrafo Único - Obrigam-se a declaração de bens, registrada em cartório, os ocupantes de cargos eletivos nos Poderes Legislativo e Executivo, os Secretários Municipais e os dirigentes da Administração Indireta, no ato de posse e no término do exercício, sob pena de responsabilidade.

Art. 187 - Lei Complementar, de iniciativa privativa da Câmara Municipal, disporá sobre a Ouvidoria do Povo, órgão auxiliar do Poder Legislativo na fiscalização da execução dos serviços públicos municipais.

Parágrafo Único - A lei de que trata este artigo estabelecerá a competência e a organização da ouvidoria do povo e os critérios de nomeação de Ouvidor Geral.

Art. 188 - Compete ao Município, conjuntamente com o Estado, realizar curso para levantamento do número de portadores de deficiência, de suas condições sócio-econômicas, culturais e profissionais, e das causas da deficiência para orientação do planejamento de ações públicas.

ATO DAS DISPOSIÇÕES ORGANIZACIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 1º - O Prefeito Municipal e os Vereadores à Câmara Municipal de Açucena prestarão o compromisso de manter, de defender e de cumprir a Lei Orgânica do Município, no ato de sua promulgação.

Art. 2º - Concurso público, realizado em até trezentos e sessenta dias contados da promulgação da Lei Orgânica do Município, definirá o Hino Oficial do Município, previsto em seu artigo 4º.

Parágrafo Único - Além de canções inéditas, serão admitidas canções de cunho tradicional.

Art. 3º - Serão revistas pela Câmara Municipal, por meio de Comissão Especial, contados da data da promulgação da Lei Orgânica do Município, a doação, venda e concessão de terreno público com área superior a quinhentos metros quadrados.

§ 1º - No tocante à venda, a revisão será feita com base exclusivamente no critério de legalidade da operação.

§ 2º - Nos casos de concessão e de doação, a revisão obedecerá aos critérios de legalidade e de conveniência do interesse público.

§ 3º - Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, comprovada a ilegalidade ou havendo interesse público, os terrenos reverterão ao patrimônio municipal.

Art. 4º - Os atuais agentes públicos ou políticos indicados no artigo 182, da Lei Orgânica do Município terão o prazo de trinta dias, contados da data de sua promulgação, para cumprimento da disposição nele contida.

Art. 5º - O funcionário público efetivo que, na data da promulgação da Lei Orgânica do Município, estiver à disposição de órgão da Administração Pública que não aquele nomeado, poderá optar, sem prejuízo da sua efetividade, pela transferência

definitiva para o quadro de pessoal do órgão ou Poder em que se encontrar prestando serviço.

Art. 6º - Ao ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei Federal nº 5.315, de 12 de Setembro de 1.967, serão assegurados os seguintes direitos:

- I - aproveitamento no serviço público, sem a exigência de concurso, com estabilidade;
- II - aposentadoria, com proventos integrais, aos vinte e cinco anos de efetivo serviço.

Art. 7º - No prazo de seis meses, contado da data da promulgação da Lei Orgânica do Município, a Câmara Municipal promoverá, por meio de Comissão Especial, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento do Município.

§ 1º - A Comissão terá força legal de Comissão Parlamentar de Inquérito, para os fins de requisição e convocação, e atuará, se necessário, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º - Apurada irregularidade, a Câmara Municipal promoverá ao Poder Executivo a declaração de nulidade do ato e encaminhará o processo ao Ministério Público, para formalização da ação cabível.

Art. 8º - A Câmara Municipal elaborará, no prazo de cento e vinte dias contados da promulgação da Lei Orgânica do Município, o seu Regimento Interno, adaptado às novas disposições constitucionais e organizacionais.

Art. 9º - Até trinta e um de dezembro de mil, novecentos e noventa, será editado o novo Código Tributário do Município.

Art. 10 - O Poder Executivo reavaliará todos os incen

tivos e isenções fiscais em vigor na data de promulgação da Lei Orgânica do Município, propondo ao Poder Legislativo as medidas cabíveis.

§ 1º - Considerar-se-ão revogados, a partir do exercício de mil, novecentos e noventa e um, as isenções e incentivos que não forem confirmados por lei.

§ 2º - A revogação não prejudicará os direitos que já tiverem sido adquiridos, àquela data, em relação a incentivos concedidos sob condição e com prazo.

Art. 11 - Enquanto não for criado o Órgão Oficial do Município, o que dará no prazo de trezentos e sessenta dias, contados da data de promulgação da Lei Orgânica do Município, a publicação das leis e atos municipais será feita por afixação na Câmara Municipal ou na Prefeitura e, a critério do Presidente da Câmara ou do Prefeito, de acordo com a lei:

- I - na imprensa local ou regional;
- II - na imprensa oficial de Município da região;
- III - na imprensa oficial do Estado.

Art. 12 - A lei estabelecerá critérios para a compatibilização dos quadros de pessoal do Município ao disposto no artigo 39, da Constituição da República, e à reforma administrativa dela decorrente, no prazo de dezoito meses contados da sua promulgação.

Art. 13 - Até a promulgação de lei complementar federal, o Município não poderá despendar, com pessoal, mais do que sessenta e cinco por cento do valor de sua receita corrente.

Parágrafo Único - Quando a respectiva despesa de pessoal exceder o limite previsto, deverá a ele retornar, reduzindo-se o percentual excedente à razão de um quinto por ano.

Art. 14 - Aplicam-se, no que couber, à administração

tributária e financeira do Município, o disposto no artigo 34 §§ 1º, 3º, 4º, 5º e 7º, do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição da República.

Art. 15 - Até a entrada em vigor da Lei Complementar a que se refere o artigo 31, da Lei Orgânica do Município, serão aplicadas as seguintes formas:

- I - o projeto do Plano Plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, será encaminhado até três meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o término da sessão legislativa;
- II - o projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado até cinco meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o término do segundo período da sessão legislativa;
- III - o projeto de Lei Orçamentária será encaminhado à Câmara Municipal, até três meses antes do exercício financeiro, sendo promulgado como lei, se até o término da sessão legislativa não for devolvido para sanção.

Parágrafo Único - Na hipótese de rejeição do Projeto de Lei Orçamentária, será prorrogada, por decreto executivo, a Lei Orçamentária anterior, exceto na parte correspondente ao Orçamento Plurianual de Investimentos, que obedecerá à programação estabelecida.

Art. 16 - A Câmara Municipal promoverá edição popular do texto integral da Lei Orgânica do Município, que será posta, gratuitamente, à disposição de escolas, cartórios, sindicatos, igrejas e outras instituições representativas da comunidade.

CÂMARA MUNICIPAL DE AÇUCENA
RUA BENEDITO VALADARES, Nº 23
CEP 35150-000 - AÇUCENA - MG

Açucena, 19 de Maio de 1.990.

WALDIR DE PAIVA
Presidente

ACIR DRUMOND DE ALMEIDA
Vice-Presidente

EDELICIO GARAJAU DE OLIVEIRA
Secretário

JURACY FIRMO SANTOS
Relator

JOÃO LUIZ DE SOUZA
Vereador

ABDO SIMAN FILHO
Vereador

JOSÉ DOS SANTOS FILHO
Vereador

GERALDO RIBEIRO
Vereador

FRANCISCO DE ASSIS
Vereador

GERALDO PINTO DOS SANTOS
Vereador

ORLANDO PEREIRA DA SILVA
Vereador

SALVADOR DOS REIS
Vereador

HERMANO DE FÁTIMA LOTT DE ANDRADE
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE AÇUCENA
RUA BENEDITO VALADARES, Nº 23
CEP 35150-000 - AÇUCENA - MG

